



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 61

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO**

**RELATÓRIO
01ª VARA FEDERAL DE SERRA-ESPÍRITO SANTO**

Período de Correição: 03 a 07 de junho de 2019

Juiz Federal Titular: Bruno Dutra

Juíz Federal Substituto: Caio Souto Araújo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 62

1. ATOS PREPARATÓRIOS E METODOLOGIA DE TRABALHO (ART. 48, I, CNCR)

Partindo-se de levantamentos realizados no questionário pré-correição, nas informações obtidas da última correição e inspeção judicial realizadas na unidade, na verificação presencial, bem como nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Justiça Federal da 2ª Região, realizou-se a correição ordinária no 1ª Vara Federal de de Serra – SJES / 1VF-SER, de 03 a 07/06/2019, em observância ao disposto nos artigos 1º a 13 da Resolução nº 496/2006 do Conselho da Justiça Federal (CJF); artigo 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); artigos 45 e seguintes da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2019/00139 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2º Região.

Na abertura e no encerramento dos trabalhos presenciais foram lavradas atas, nos termos do art. 46, § 2º, da CNCR.

Nos termos do art. 7º, §2º, da Resolução nº 469 do CJF, o servidor da primeira instância, Diretor de Secretaria da 25ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Marcelo Faria Santos (matrícula 12560), foi designado para auxiliar nos trabalhos de correição (TRF2-PTC-2019/00202).

Da realização da correição ordinária foram comunicados o Ministério Público Federal (Ofícios nº 05869), a Advocacia-Geral da União (Ofício nº 05871), a Defensoria Pública da União (Ofícios nº 05918) e a Ordem dos Advogados do Brasil (Ofícios nº 05874), a Procuradoria da Fazenda Nacional (Ofício nº 05920) e a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (Ofício nº 06300), conforme o estabelecido na Portaria nº TRF2-PTC-2019/00139 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2º Região.

Não houve designação de representantes do MPF, AGU, DPU, PFN, OAB ou da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

2. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE (ART. 48, II, CNCR)

1ª Vara Federal de Serra-SJES / 1VF-SER

Data de instalação: 15/12/2010

Juiz Federal Titular: Bruno Dutra, desde 22/06/2017

Juiz Federal Substituto: Caio Souto Araújo, desde 16/04/2018

Competência: Cível, incluindo Juizado Especial Federal Adjunto, alcançando a extensão territorial dos municípios de Serra e Fundão.

Fonte: questionário pré-correição.

3. SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS (ART. 48, II, CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 63

Relativamente à quantidade de cargos prevista na lotação e a quantidade efetivamente existente no tocante aos analistas judiciários, técnicos judiciários (área administrativa e segurança e transportes), requisitados ou outros, tem-se o seguinte comparativo entre a última e a presente correição:

Data	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados ou outros	Total de servidores	Quadro Previsto
Última correição	0	9	0	2	11	14
Atualmente	1	9	0	2	12	13

Há 03 (três) servidores em teletrabalho.

São previstos para unidade 05 estagiários de nível superior, encontrando-se efetivamente lotados na unidade 06 estagiários de nível superior.

Fonte: questionário pré-correição.

4. METAS DO CNJ (ART. 48, III, CNCR)

4.1 Cumprimento:

2018

Meta 1: 145,49%
Meta 2: 94,80%
Meta 3: 95,59%
Meta 4: 47,62%
Meta 5: 94,14%
Meta 6: 0%

2019 (até a data da verificação)

Meta 1: 128,81%
Meta 2: 97,00%
Meta 3: 42,19%
Meta 4: 57,14%
Meta 5: 79,93%
Meta 6: 41,67%

Não se aplicam à unidade as metas 7 e 8 do CNJ, específicas para os processos criminais.

Fonte: Portal de Estatísticas, Metas CNJ 2018 e 2019, em 30/05/2019.

4.2 Análise específica:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.

2019: até a data de verificação a unidade cumpriu 128,61% da Meta 1/2019, contando com 1.185 processos distribuídos e 1.524 processos julgados.

2018: a unidade cumpriu 145,49% da Meta1/2018, sendo 2.720 processos distribuídos e 3.940 processos julgados.

Fonte: portal de estatísticas, em 30/05/2019.

META 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2019: Na Justiça Federal: no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 85% dos processos distribuídos em 2015; nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 64

2019: até a data da verificação a unidade cumpriu 97% da Meta 2/2019.

2018: a unidade cumpriu 94,80% da Meta 2/2018.¹ De 4.445 processos foram julgados 4.214, restando um passivo de 231 processos.

Fonte: portal de estatísticas, em 30/05/2019.

Foram analisados por amostragem:

- 00000393620114025006: embargos à ação monitória opostos em 31/03/2011. Decisão proferida em 01/07/2019 determinando à autora que atualize o valor da dívida consolidada, haja vista o trânsito em julgado.

- 00000624520124025006: ação possessória ajuizada em 17/01/2012. Remetidos os autos à Procuradoria Federal em 28/05/2019 para contrarrazões ao recurso de apelação, havendo a devolução da remessa em 17/07/2019.

- 0000282-43.2012.4.02.5006: ação ajuizada pelo rito comum ordinário (CPC/73) em 27/02/2012. Em 28/05/2019 foi lançado o evento no e-Proc “aguardando cadastramento de BACENJUD”.

- 00004184020124025006: embargos à ação monitória opostos em 05/03/2012. Despacho proferido em 18/07/2019 determinando a intimação da autora para requerer o que entender cabível, no prazo de 10 dias, sob pena extinção do feito com fulcro no art. 485, IV, do CPC.

- 0000783-94.2012.4.02.5006: ação ajuizada sob o rito comum em 11/05/2012. Despacho em 18/07/2019 intimando o apelado para apresentar contrarrazões.

- 00002203220144025006: ação ajuizada sob o rito comum em 02/04/2014. Feito convertido em diligência em 25/09/2018. Concluso para despacho/decisão em 14/06/2019.

META 3 – Fomentar o alcance do percentual mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

2019: até a data da verificação, a unidade alcançou 42,19% da Meta 3/2019.

2018: a unidade cumpriu 95,59% da Meta 3/2018.

Fonte: portal de estatísticas – data verificação: 30/05/2019.

META 4 - Identificar e julgar até 31/12/2019, FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016; FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016.

2019: até a data de verificação, a unidade alcançou 57,14% da Meta 4/2019.

2018: a unidade cumpriu 47,62% da Meta 4/2018.² De 03 processos foi julgado 1, restando um passivo de 02 processos, abaixo analisados:

¹ META 2/2018 – Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: Na Justiça Federal: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.

² META 2/2018 – Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: Na Justiça Federal: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 65

Fonte: portal de estatísticas, em 30/05/2019.

- 01023757920154025006: em 29/07/2019 foi juntada petição do réu requerendo a abertura de prazo para apresentação de alegações finais.
- 01375011120154025001: processo concluso para sentença em 22/04/2019.

META 5 – Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

2019: até a data da verificação, a unidade alcançou 79,93% da Meta 5/2019.

2018: a unidade cumpriu 94,14% da Meta 5/2018.

Fonte: portal de estatísticas – data da verificação: 30/05/2019.

META 6 – FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º graus. FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º graus. FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º graus.

2019: até a data da verificação, a unidade atingiu 41,67% da Meta 6/2019. Em nova consulta, realizada em 05/08/2019 constatou-se o cumprimento de 97,54% da meta em questão, sendo que de 173 processos já foram julgados 135, restando um passivo de 38 processos.

Fonte: portal de estatísticas – data da verificação: 30/05/2019.

2018: não havia processos relativos à Meta 6/2018 na unidade.

METAS ESPECÍFICAS - CRIMINAL A (META 7)

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

A Vara Federal não possui competência para processar e julgar ações criminais.

METAS ESPECÍFICAS - CRIMINAL B (META 8)

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2016.

A Vara Federal não possui competência para processar e julgar ações criminais.

Sugestão: - Dar andamento / julgar os processos pendentes das Metas 2 e 4 do CNJ para 2018, atentando para aqueles listados no item 4 do relatório.

- Incrementar a estratégia de gestão e as rotinas de trabalho visando ao cumprimento das Metas do CNJ para 2019.

e 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 66

5. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA (ART. 48, IV, CNCR)

A Resolução CJF 496/2006 estabelece em seu art. 12, parágrafo único, que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistos as ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos, que tramitam na Vara e tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional como um todo e pelo possível efeito ‘*erga omnes*’ das decisões”.

- **Ação Civil Pública**
Apolo: 14 processos
e-proc: 02 processos

Verificados por amostragem:

- 01379548820154025006 - Ação Civil Pública ajuizada em 11/01/2016. Sentença tipo A (fundamentação individualizada) proferida em 01/06/2019. Interposta apelação em 29/07/2019.
- 00387053320164025006 - Ação Civil Pública ajuizada em 14/12/2016. Feito concluso para sentença em 23/10/2018.
- 50002110920194025006 - Ação Civil Pública ajuizada em 04/02/2019. Feito concluso para despacho/decisão em 02/07/2019.
- 50007004620194025006 - Ação Civil Pública ajuizada em 02/04/2019. Petição juntada em 11/07/2019.
- 01142359220154025001 - Ação Civil Pública ambiental ajuizada em 24/06/2015. Decisão proferida em 19/06/2019 determinando a intimação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA para proceder à realização de vistoria *in loco*, a fim de que produza esclarecimentos acerca dos riscos existentes para o meio ambiente com a demolição da construção irregular e a respeito da viabilidade de recomposição da área. Aguarda-se a entrega do referido laudo.

- **Improbidade Administrativa**
Apolo: 05 processos
e-proc: 01 processos

- 50009882820184025006 - Ação Civil Pública ajuizada em 08/08/2018. Decisão proferida em 20/05/2019 determinando a expedição de carta precatória de notificação do réu.
- 00002325120114025006 – Ação Civil Pública ajuizada em 08/04/2011. Sentença do tipo A (fundamentação individualizada) proferida em 10/12/2013. Processo remetido em 25/04/2014 ao TRF2 para processar e julgar recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 67

- 01089301520154025006 - Ação Civil Pública ajuizada em 29/04/2015. Sentença do tipo A (fundamentação individualizada) proferida em 16/11/2017. Processo remetido em 15/05/2018 ao TRF2 para processar e julgar recurso.
- 00361736720174025001 - Ação Civil Pública ajuizada em 30/11/2017. A última movimentação foi a juntada de contestação, em 03/07/2019.
- 01375011120154025001 - Ação Civil Pública ajuizada em 18/12/2015. Feito conclusivo para sentença em 22/04/2019.

- **Ação Popular**

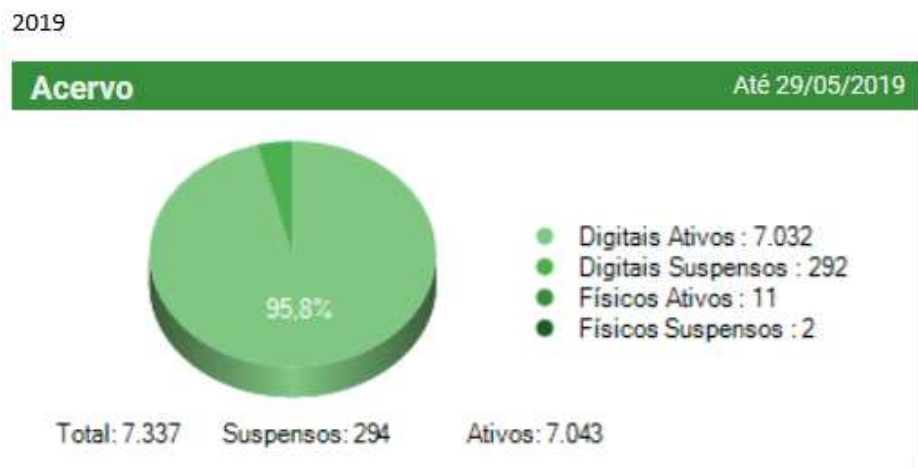
- 00247199020174025001 – Ação Popular ajuizada em 30/08/2017. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região declarou a competência da 4ª Vara Federal de Vitória/ES para processar e julgar o feito no CC nº 2018.00.00.100961-4, transitado em julgado em 05/06/2019.

Sugestão: - Proferir sentença nos processos 00387053320164025006 e 01375011120154025001.

- Encaminhar o processo nº 00247199020174025001 para o Juízo competente (Conflito de Competência nº 2018.00.00.100961-4 – TRF2).

6. EVOLUÇÃO DO ACERVO

Acervo da unidade (APOLO e e-Proc)



Fonte: Painel de Indicadores, acesso em 30/05/2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 68

Evolução do acervo cível:

Acervo	Junho/2017	Junho/2018	Junho/2019
Ativos	2208	2050	2182
Suspensos	291	301	183
Total	2499	2351	2365

Evolução do acervo JEF:

Acervo	Junho/2017	Junho/2018	Junho/2019
Ativos	4942	5723	4530
Suspensos	1282	197	113
Total	6224	5920	4643

Evolução do acervo total:

Acervo	Junho/2017	Junho/2018	Junho/2019
Ativos	7150	7773	6712
Suspensos	1573	498	296
Total	8723	8271	7008

Fonte: Portal de estatísticas: Apolo em 07/06/2019 (dados referentes a 06/06/2019).

7. PROCESSOS SUSPENSOS (ART. 48, V, CNCR)

7.1 Total de processos suspensos: 295

7.2 Quantitativo de acordo com os motivos da suspensão:

Motivo da Suspensão	Sistema Apolo	Sistema Eproc	Total
Aguardando decisão de instância superior	101	14	115
Outros - fase conhecimento	11		11
Outros - fase processo execução	17		17
Outros - pedido de uniformização nacional/regional	01		01
Repercussão geral	09		09
Recurso repetitivo	46		46
Repercussão geral - art. 1.035, §5º, do CPC	01		01
Sem complemento	01		01
Cumprimento precatório/RPV	34		34
Em razão de Grupo de Representativos da Controvérsia	03		03
Embargos à execução	06		06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 69

Não localização do devedor/bens - art. 921, III e § 1º do CPC.	39	06	45
Decisão Judicial		06	06
Parcelamento débito		01	01
Total Geral	268	27	295

Fonte: Portal de Estatísticas, em 30/05/2019.

7.3 Por amostragem, foram analisados os processos indicados a seguir:

Apolo

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
00009192820114025006	Outros - fase/processo execução	28/04/2018	Decisão em 25/04/2016, determinando a suspensão do processo na execução de sentença contra fazenda pública em apenso (processo nº 0131708-26.2015.4.02.5055).
00001891720114025006	Não localização do devedor/bens - art. 921, III e § 1º do NCPC	24/10/2019	Processo suspenso, nos termos do art. 921 do CPC/2017, conforme decisão de 01/06/2016.
00002368820114025006	-	17/01/2019	Processo suspenso por decisão de 09/11/2018, que determinou a suspensão do feito até a comunicação do depósito do precatório,

E-proc

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
5000603-80.2018.4.02.5006	Aguardando decisão de instância superior (Recurso repetitivo STJ)	18/01/2018	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp nº 1.381.734 (Tema 979).
5000002-40.2019.4.02.5006	Aguardando decisão de instância superior (Recurso repetitivo STJ)	24/01/19	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp nº 1.381.734 (Tema 979).
0114287-10.2014.4.02.5006	Devedor ou Bens não Localizados	25/03/2019	Processo suspenso, nos termos do art. 921 do CPC/2017, conforme decisão de 25/03/2019,
0107744-37.2013.4.02.5002	Não localização do devedor/bens - art. 921, III e § 1º do NCPC.	29/05/2018	Processo suspenso, nos termos do art. 921 do CPC/2017, conforme decisão de 15/05/2018.
0109339-25.2014.4.02.5006	Suspensão / Sobrestamento - Por Decisão Judicial	14/05/2019	Processo suspenso por determinação da decisão proferida em 10/12/2018 até comunicação do depósito do precatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 70

Sugestão: - Cadastrar no sistema o motivo da suspensão no processo nº 0000236-88.2011.4.02.5006.

8. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS (ART. 48, V, CNCR)

8.1 Produtividade

No ano de 2018 foram proferidas: 1.945 decisões / despachos e 227 sentenças.
Em 2019, até a data de verificação, foram proferidas: 2.312 decisões / despachos e 496 sentenças.

e-Proc

			DECISÕES/DESPACHOS	SENTENÇAS	Total
Produtividade	2018	1ª Vara Federal de Serra	174	1	175
	2019	1ª Vara Federal de Serra	1462	141	1603

Apolo

			DECISÕES/DESPACHOS	SENTENÇAS	Total
Produtividade	2018	1ª VF Serra	1771	226	1997
	2019	1ª VF Serra	850	355	1205

Fonte: Portal de Estatísticas, em 14/06/2019, dados referentes a 13/06/2019.

8.2 Produção segundo a classificação de sentenças

Depreende-se da Resolução nº 535 do CJF, de 18 de dezembro de 2006, que as sentenças proferidas no âmbito da Justiça Federal se classificam conforme os seguintes critérios:

TIPO DE SENTENÇA	DESCRIÇÃO
Sentença Tipo A	Sentenças cíveis que extinguem o processo com resolução do mérito com fundamentação individualizada (art. 2º, I)
Sentença Tipo B	Sentenças cíveis que extinguem o processo com resolução do mérito repetitivas e homologatórias. Consideram-se repetitivas "as que não envolvem análise específica do caso para resolução do mérito, utilizando-se o magistrado de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 71

	idênticos fundamentos constantes de sentença anteriormente prolatada, embora questões preliminares diversas tenham sido apreciadas” (art. 2º, II).
Sentença Tipo C	Sentenças cíveis que extinguem o processo sem resolução do mérito (art. 3º).
Sentença Tipo D	Sentenças penais condenatórias e as absolutórias, bem como as de rejeição de queixa e as de denúncia (art. 4º).
Sentença Tipo E	Sentenças extintivas de punibilidade ou de suspensão condicional da pena (SURDIS) (art. 5º).

Relativamente à produção de sentenças por classe, a unidade apresenta os seguintes dados:

APOLO

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	336
B1	Homologatória de acordo	05
B2	Repetitiva (padronizada)	135
C	Sem resolução do mérito	234
D1	Penal condenatória	-
D2	Penal absolutória	-
D3	Rejeição de queixa	-
D4	Rejeição de denúncia	-
E1	Extintiva de punibilidade	-
E2	Suspensão condicional da pena	-
EMBDECL.	Embargos de Declaração	61

Fonte: Sistema Apolo, acesso em 30/05/2019.

E-PROC:

Em virtude de falha no sistema e-Proc não foi possível verificar o quantitativo de sentenças por tipo proferidas no período de verificação. Registre-se que houve tentativa sem êxito de extração do relatório em diferentes datas e utilizando diferentes períodos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 72

Incumbe exclusivamente aos juízes federais da 2ª Região a classificação dos tipos de sentenças em conformidade com os critérios estabelecidos em norma própria dos Conselhos de Justiça (Resolução CJF 535/2006, arts. 192 a 193, da CNCR, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099). Consoante a seleção aleatória dos processos listados abaixo, constatou-se o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO C
0000320- 84.2014.4.02.5006	0020676- 32.2016.4.02.5006	0100383- 98.2015.4.02.5001	0112648- 20.2015.4.02.5006
0001007- 95.2013.4.02.5006	0500166- 38.2016.4.02.5006	0118474- 27.2015.4.02.5006	0025121- 59.2017.4.02.5006
0009023- 96.2017.4.02.5006	0116729- 12.2015.4.02.5006	0000219- 47.2014.4.02.5006	0036154- 46.2017.4.02.5006

Fonte: sistema Apolo, em 30/05/2019.

8.3 Audiências

8.3.1 Total de audiências realizadas: 141 audiências
Juiz Federal: 54 audiências
Juiz Federal Substituto: 87 audiências

O tempo médio entre o despacho de designação da audiência e a realização do ato é de 30 dias.

A unidade utiliza o registro audiovisual de audiências nos termos dos artigos 136 e seguintes da CNCR. Foi detectada a presença de ruído no áudio das gravações realizadas no sistema KENTA, sem, contudo, comprometer o conteúdo. A partir de fevereiro de 2019, após contato com o suporte, passou-se a utilizar o equipamento de vídeo conferência para gravação das audiências.

Fonte: questionário pré-correção.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 73

8.3.2 Verificado o andamento de processos, por amostragem, não foram constatadas remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.

APOLO:

0001776-98.2016.4.02.5006	1002 – rito ordinário / previdenciária - audiência realizada em 02/10/2018.
0011533-19.2016.4.02.5006	6001 – ação civil pública - audiência realizada em 25/07/2018.
0009970-37.2016.4.02.5055	51001 - JEF - audiência realizada em 06/11/2018.
0111997-22.2014.4.02.5006	51001 - JEF - audiência realizada em 23/01/2019.

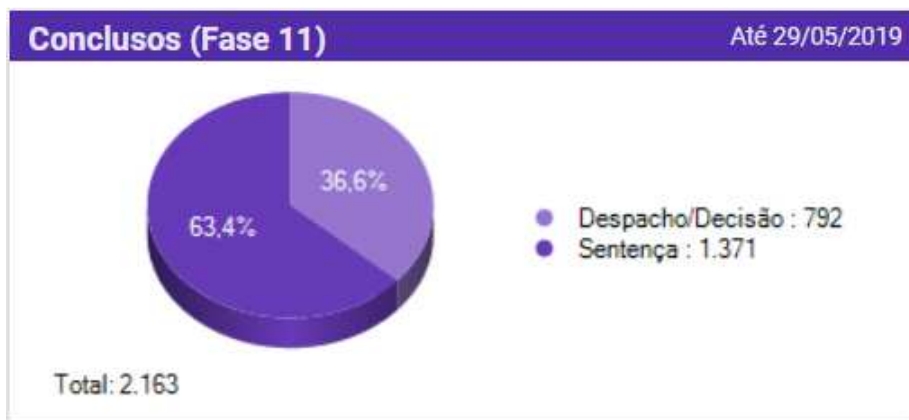
EPROC:

5000442-70.2018.4.02.5006	000169 – JEF - Evento 24 - audiência realizada em 08/11/2018.
5001265-59.2018.4.02.5001	000169 – JEF - Evento 33 - audiência realizada em 09/11/2018.
5000496-36.2018.4.02.5006	000169 – JEF - Evento 19 – audiência realizada em 10/12/2018.
5001234-24.2018.4.02.5006	000169 – JEF - Evento 20 - audiência realizada em 24/01/2018.
5000865-30.2018.4.02.5006	000169 – JEF - Evento 27 – audiência realizada em 24/01/2018.

Fonte: sistemas Apolo e e-Proc.

9. ACERVO CONCLUSO E CUMPRIMENTOS DE PRAZOS (ART. 48, V, CNCR)

9.1 Acervo concluso



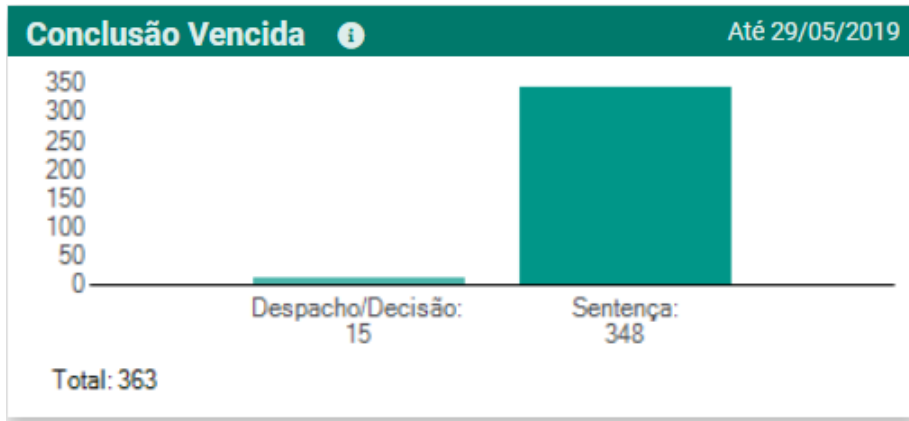
Fonte: Painel de Indicadores, em 30/05/2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 74

9.2 Conclusão vencida



Fonte: Painel de Indicadores, em 30/05/2019.

9.2.1 Conclusos para despacho ou decisão por mais de 60 dias (art. 57, I, “a”, CNCR) (verificação por amostragem)

Processo	Classe	Objeto da ação	Data conclusão	Dias concluso
0000059-85.2015.4.02.5006	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Reparação pelos danos em imóveis adquiridos no âmbito do SFH.	26/02/2019	92
0104281-07.2015.4.02.5006	JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA	Pensão por morte.	08/03/2019	82
0500065-64.2017.4.02.5006	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Reparação pelos danos em imóveis adquiridos no âmbito do SFH.	15/03/2019	75
0000155-03.2015.4.02.5006	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Reparação pelos danos em imóveis adquiridos no âmbito do SFH.	18/03/2019	72
0018942-93.2016.4.02.5055	JUIZADO/CÍVEL	Obstar devolução de valores recebidos de boa fé.	20/03/2019	70

9.2.2 Conclusos para sentença ou julgamento em sessão, por mais de 150 dias (120 dias para os Juizados Especiais Federais) (art. 57, II, “a”, CNCR c/c art. 57, §2º, CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 75

Processo	Classe	Objeto da ação	Data conclusão	Dias concluso
0137954-88.2015.4.02.5006	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Obra do viaduto/trevo de acesso ao bairro Cidade Pomar.	09/04/2018	383
0003747-07.2014.4.02.5001	ORDINÁRIA/OUTRAS	A anulação do auto de infração do INMETRO.	10/04/2018	382
0019162-44.2016.4.02.5006	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Revisão do contrato de financiamento habitacional	12/04/2018	380
0016872-22.2017.4.02.5006	ORDINÁRIA/IMÓVEIS	Revisão do contrato de financiamento imobiliário.	19/04/2018	373
0015370-82.2016.4.02.5006	CAUTELAR EXIBIÇÃO	Exibição judicial de documentos.	23/04/2018	369
0001202-80.2013.4.02.5006	ORDINÁRIA/OUTRAS	Violação do monopólio ECT	23/04/2018	369
0022112-39.2017.4.02.5055	JUIZADO/CÍVEL	Obstar devolução de valores recebidos de boa fé.	25/04/2018	367
0007383-08.2017.4.02.5055	JUIZADO/CÍVEL	Repetição de indébito tributário.	27/04/2018	365

Obs: Em que pese a determinação da CNCR (art. 57, II, *a*) de que sejam examinados todos os processos com conclusão vencida para sentença há mais de 150 dias, diante da elevada quantidade nessa situação, foram analisados os 08 processos mais antigos.

Ressalte-se aqui, que na correição ordinária de 2017 havia 435 processos conclusos para sentença além do prazo previsto na CNCR (PA nº 0100252-23.2017.4.02.0000), nesta correição constataram-se 384 processos em tal situação, ao passo que na data da lavratura do presente relatório o montante já havia sido reduzido para 183 processos com conclusão vencida para sentença (painel de indicadores, em 13/08/2019), a evidenciar o empenho do juízo correccionado.

9.3 Parados não conclusos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 76



9.3.1 Sem movimentação pela Secretaria do Juízo há mais de 60 dias, das classes cíveis, criminais e Juizados Especiais (art. 57, I, “c”, CNCR)

Não há processos nessa situação

9.3.2 Sem movimentação pela Secretaria há mais de 150 dias (art. 57, II, “b”, CNCR)

Não há processos nessa situação

*Sugestões: - Proferir despacho / decisão nos processos com conclusão vencida, priorizando aqueles analisados no item 9 do relatório de correição.
– Estabelecer plano de gestão e cronograma para julgar os processos concluídos para sentença além dos prazos previstos no art. 57 da CNCR.*

10. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA (ART. 48, V, CNCR)

Total de processos em segredo de justiça³: 08 processos, sendo 06 no Apolo (tipos de segredo: 1 documento, 3 sistema e 2 absoluto) e 07 no e-Proc (tipo de segredo: Nível 1- visualização somente pelos usuários internos e partes do processo).

³ Tipos de segredo (art. 173 da CNCR):

Nível 0: autos públicos – visualização por todos os usuários internos e órgãos públicos.

Nível 1: segredo de justiça – visualização somente pelos usuários internos e partes do processo.

Nível 2: sigilo - visualização somente pelos usuários internos e órgãos públicos.

Nível 3: sigilo - visualização somente pelos usuários internos do juízo em que tramita o processo;

Nível 4: sigilo - visualização somente pelos usuários com perfil de Magistrado, Diretor de Secretaria e Oficial de Gabinete;

Nível 5: Restrito – restrito ao Juiz – visualização somente pelo magistrado ou por quem a ele atribuir.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 77

Fonte: sistema Apolo em 04/04/2019 e sistema e-Proc em 31/05/2019.

Foram analisados os seguintes processos por amostragem:

APOLO

Processo	Sigilo no sistema	Sigilo absoluto	Sigilo de peça	Observações (arts. 172 e 173 da CNCR)
00111503220114025001	sim			Segredo de justiça determinado em 22/05/2014.
00003095520144025006	sim		sim	Segredo de justiça determinado em 02/05/2014.
00100741120184025006		sim		Decisão em 24/07/2018, determinando a manifestação da parte autora sobre o seu interesse na manutenção do sigilo feito, uma vez que não foi requerida a decretação de segredo de justiça na petição inicial. Não houve decisão posterior sobre o tema.
00387137320174025006			sim	Segredo de justiça determinado em 15/02/2019.

EPROC

Processo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Observações (arts. 172 e 173 da CNCR)
5000109-21.2018.4.02.5006	sim					Não foi localizada decisão determinando o segredo da petição inicial.
5000558-76.2018.4.02.5006	sim					Não foi localizada decisão determinando o segredo da petição inicial
5001119-03.2018.4.02.5006	sim					Não foi localizada decisão determinando o segredo da petição inicial
5001398-86.2018.4.02.5006	sim					Não foram encontradas peças marcadas com sigilo nível 1.
5001971-27.2018.4.02.5006	sim					Não foram encontradas peças marcadas com sigilo nível 1.

Sugestão: - Verificar se existe motivo para o segredo de justiça nos processos nº 0010074-11.2018.4.02.5006, 5000109-21.2018.4.02.5006, 5000558-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 78

76.2018.4.02.5006, 5001119-03.2018.4.02.5006, 5001398-
86.2018.4.02.5006 e 5001971-27.2018.4.02.5006.

11. RPVs E PRECATÓRIOS

EPROC

A unidade correccionada cadastrou 102 precatórios, 467 requisitórios de pequeno valor (RPVs) e 11 ainda não classificados, nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/06/2018 a 30/05/2019).

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Valor (R\$)	Determinação do juiz para expedição do requisitório	Valor cadastrado corresponde ao determinado pelo juiz
5000052-03.2018.4.02.5006	RPV	11/06//2019	12.708,54 Evento 48	Evento30 - em 09/11/2018	Sim.
5000442-70.2018.4.02.5006	RPV	12/06/2019	10.753,77 evento 41	Evento 37 - em 04/05/2019	Sim.
5000273-83.2018.4.02.5006	RPV	15/04/2019	200,00 evento 30	Evento 21 - em 09/11/2018	Sim.
5000185-45.2018.4.02.5006	RPV	15/04/2019	200,00 evento 28	Evento 22 - em 09/11/2018	Sim.
5000541-40.2018.4.02.5006	RPV	15/05/2019	3.094,52 evento 42	Evento 26 e 34 - em 09/11/2018 e 12/02/2019	Sim.

Fonte: e-Proc, em 14/06/2019.

APOLO

A unidade correccionada enviou 175 precatórios e 3.139 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/06/2018 a 30/05/2019).

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Valor (R\$)	Determinação do juiz para	Valor cadastrado
----------	-------------------	------------------	-------------	---------------------------	------------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 79

				expedição do requisitório	corresponde ao determinado pelo juiz
0000495- 62.2013.4.02.5055	PRECATÓRIO	13/05/2019	62.232,26	Fls. 203 e 204 - em 18/03/2019	Sim.
0000495- 62.2013.4.02.5055	RPV	13/05/2019	26.670,98	Fls. 203 e 204- em 18/03/2019	Sim.
0000495- 62.2013.4.02.5055	RPV	13/05/2019	8.890,31	Fls. 203 e 204- em 18/03/2019	Sim.
0104496- 51.2013.4.02.5006	RPV	17/05/2018	19.482,49	Fl. 217- em 19/04/2018	Sim.
0104496- 51.2013.4.02.5006	RPV	17/05/2018	10.592,46	Fl. 217- em 19/04/2018	Sim.
0104496- 51.2013.4.02.5006	RPV	17/05/2018 e 15/03/2019	5.292,04	Fl. 217 e 232- em 19/04/2018 e 01/09/2018	Sim.
0111901- 54.2014.4.02.5055	RPV	07/08/2018	36.822,66	Fls. 134 e 1354 - em 19/06/2019	Sim.

Fonte: Portal de Estatísticas, em 30/05/2019.

12. ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE, SETORIZAÇÃO E PROCESSAMENTO (ART. 48, V, CNCR)

12.1 Forma de organização da unidade

Há seis servidores na secretaria do Juízo, incluindo o Diretor de Secretaria, seis servidores na assessoria ao gabinete e seis estagiários. A Vara Federal de Serra é organizada da seguinte forma: Setor JEF – Conhecimento, Setor JEF – Cumprimento de Sentença, Setor Cível e Assessoria ao Gabinete.

O Diretor de Secretaria e os supervisores utilizam o painel de indicadores da Corregedoria e os demais relatórios disponíveis no portal de estatísticas do TRF para monitorar o andamento dos processos, em especial, os processos parados e conclusos além dos prazos estabelecidos pela Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

A avaliação periódica dos resultados das atividades da vara é feita por meio de relatórios semanais e mensais de produtividade com base nos dados fornecidos pelo portal de estatísticas e painel de indicadores. Os locais virtuais do sistema Apolo e os localizadores do e-Proc, também são utilizados na verificação do fluxo de trabalho.

Fonte: questionário pré-correição.

12.2 Balcão de entrada e recebimento de petições



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 80

Os processos novos, distribuídos para análise da petição inicial são guardados em localizadores do sistema e-Proc, fazendo-se uso de ferramenta de automatização para gerenciar esse acervo.

Em 05/06/2019, às 15:35h, o balcão de entrada da Vara Federal Única de Serra no sistema Apolo contava com 80 documentos e petições. Já no e-Proc, em 06/06/2019, às 12:37h, havia 126 petições de JEF, das quais 73 datavam de 17/05 a 31/05/2019 e 53 datavam de 01/06 a 06/06/2019.

Fonte: Apolo - balcão de entrada: 05/06/2019, às 15:35h; e-Proc - balcão de entrada: 06/06/2019, às 12:37h.

12.3 Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os processos incluídos nas Metas do CNJ, os com prioridade legal e as ações elencadas no art. 12, parágrafo único, da Resolução nº 496/2006 do CJF, tramitam, em regra, com prioridade e são monitorados semanalmente por relatórios extraídos do painel de indicadores e do portal de estatísticas do TRF2. Para os demais processos é adotada a ordem cronológica para julgamento, na forma do CPC.

Do questionário pré-correição foi extraída a seguinte observação: *Cumpra destacar que a superposição de objetivos acaba por prejudicar o cumprimento integral das metas.*

Os processos referentes à saúde são guardados nos seguintes localizadores: 4.01. GAB – TA/LIM JE e 4.02. GAB – TA/LIM CI. Em 17/06/2019 às 18:10h havia um único processo no localizador 4.02. GAB – TA/LIM CI, concluso para decisão na mesma data, indicado a seguir:

Lista de Processos por Localizador (1 registro):

<input checked="" type="checkbox"/>	↕ Número Processo	↕ Classe	Autores Principais	Réus Principais	↕ Localizadores	↕ Último Evento	↕ Inclusão no localizador
<input type="checkbox"/>	5001120-51.2019.4.02.5006 Sem Sigilo (Nível 0)	PROCEDIMENTO COMUM Antecipação de Tutela Doença Grave	JOSE RENATO DOS SANTOS Autor manifesta desinteresse na autocomposição	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO MUNICÍPIO DE SERRA UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	4.02.GAB - TA/LIM CI	17/06/2019 17:54:18 Autos com Juiz para Despacho/Decisão	17/06/2019 17:54:32

Fonte: entrevista presencial realizada durante a correição e sistemas Apolo / e-Proc.

12.4 Documentos pendentes de juntada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 81



Fonte: painel de indicadores da Corregedoria. Data da verificação: 30/05/2019.

Inspecionados os seguintes documentos que aguardam juntada:

Processo	Número do documento	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
0010074-11.2018.4.02.5006	2019.3000.033093-3	Informação/comunicação do 2º grau	7	1ª VF de Serra
0000040-21.2011.4.02.5006	MAN.0601.000970-8/2018	Intimação pessoal sobre penhora	196	1ª VF de Serra
0001717-52.2012.4.02.5006	MAN.0601.001047-6/2018	Mandado de citação, via oficial de justiça	188	1ª VF de Serra
0000681-51.2014.4.02.5055	ALV.0601.000020-3/2019	Alvará de levantamento. Juntado em 05/06/2019	23	1ª VF de Serra

Não foram encontradas petições físicas pendentes de juntada.

12.5 Processamento entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado

O Setor JEF – Conhecimento realiza o processamento dos feitos de competência do juizado desde a inicial até a conclusão para sentença. Já o Setor Cível, realiza o processamento dos feitos de competência cível em todas as suas fases até o arquivamento do processo. Aberta a conclusão, os processos são encaminhados à Assessoria ao Gabinete dos magistrados.

Fonte: entrevista presencial realizada durante a correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 82

12.6 Fluxo dos processos após a sentença

O Setor JEF – Cumprimento de Sentença cuida do processamento dos feitos de competência do juizado, desde a sentença até o arquivamento do feito. Os locais virtuais e localizadores referentes aos processos que aguardam trânsito em julgado e remessa para as turmas recursais são inspecionados diariamente, consoante informações prestadas pela supervisora responsável. O Setor Cível faz o processamento dos feitos de competência cível, da fase de conhecimento até o término da fase de execução (baixa e arquivamento do processo). Conforme informação da supervisora do setor, o local virtual e o localizador destinados ao armazenamento de processos aguardando trânsito em julgado e aguardando remessa para o TRF são verificados duas vezes por semana.

Fonte: *entrevista presencial realizada durante a correição.*

12.7 Remessa externa

Há 49 processos eletrônicos do sistema Apolo com prazo de remessa vencido na unidade. Os mais antigos são os seguintes:

Destino		Data da Remessa		Classe	Motivo	Expiração	Dias Vencidos	1º Autor X 1º Reu	Processo Eletrônico
PROCURADORIA FEDERAL									
0004825-79.2018.4.02.5006		26/03/2019	18:08	51001	INTIMACAO PESSOAL	12/04/2019	48	AUTOR: KAREN LOIS CURRIE x REU: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES	<input checked="" type="checkbox"/>
0010378-28.2016.4.02.5055		08/03/2019	19:02	1005	VISTA	02/05/2019	28	AUTOR: WAGNER COMERCIO DE AREIA LTDA ME x REU: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	<input checked="" type="checkbox"/>
0027069-93.2017.4.02.5055		11/04/2019	17:42	51001	INTIMACAO PESSOAL	09/05/2019	21	AUTOR: CECÍLIA MARGARIDA CRISTO x REU: FUNASA - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	<input checked="" type="checkbox"/>
PROCURADORIA DA UNIÃO									
0012538-08.2018.4.02.5006		20/02/2019	17:01	1003	CITAÇÃO	22/04/2019	38	AUTOR: PAULO SERGIO SANTOS DONATO x REU: UNIAO FEDERAL	<input checked="" type="checkbox"/>
MINISTERIO PUBLICO									
0001005-46.2011.4.02.5055		19/03/2018	13:41	1002	INTIMACAO PESSOAL	23/04/2018	402	AUTOR: GABRIEL LEAL DA COSTA PORTO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0013522-10.2016.4.02.5055		28/03/2019	14:53	51002	INTIMACAO PESSOAL	26/04/2019	34	AUTOR: SADRUAQUE MEDEIROS SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
ADVOCACIA DA UNIAO									
0035606-68.2017.4.02.5055		26/03/2019	16:29	51001	INTIMACAO PESSOAL	23/04/2019	37	AUTOR: WANDERLEY BARBOSA BARCELOS x REU: UNIAO FEDERAL	<input checked="" type="checkbox"/>
0036656-66.2016.4.02.5055		25/03/2019	12:41	51001	INTIMACAO PESSOAL	07/05/2019	23	AUTOR: MARIA AUXILIODORA RAMOS x REU: UNIAO FEDERAL	<input checked="" type="checkbox"/>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 83

INSS									
0125853-66.2015.4.02.5055	21/03/2019 19:00	51002	Ciência, Cadastramento, RF	29/03/2019	62	AUTOR: EDIZIO CARVALHO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0008239-50.2018.4.02.5055	28/03/2019 12:40	51002	INTIMACAO PESSOAL	12/04/2019	48	AUTOR: LAURINDO CAMINOTI x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0006310-64.2018.4.02.5055	28/03/2019 12:40	51002	INTIMACAO PESSOAL	12/04/2019	48	AUTOR: MARIA DOLINDA DOS SANTOS DE JESUS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0005599-59.2018.4.02.5055	28/03/2019 12:40	51002	INTIMACAO PESSOAL	12/04/2019	48	AUTOR: LUIZ CANDIDO DE OLIVEIRA SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0000363-39.2012.4.02.5055	05/04/2019 13:10	51001	INTIMACAO PESSOAL	24/04/2019	36	AUTOR: TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA TOREZANI x REU: UNIAO FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>
0133345-12.2015.4.02.5055	28/03/2019 13:52	51002	CUMPRIR DECISAO	24/04/2019	36	AUTOR: FABIANA DE JESUS TEIXEIRA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0017113-43.2017.4.02.5055	22/03/2019 14:08	51001	INTIMACAO PESSOAL	24/04/2019	36	AUTOR: ELIAS RIBEIRO BATISTA x REU: UNIAO FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>
0005031-93.2018.4.02.5006	29/03/2019 11:01	51002	CONTRA RAZOES	24/04/2019	36	AUTOR: JOSE FERREIRA LEITE x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0018052-57.2016.4.02.5055	22/03/2019 17:42	51002	INTIMACAO PESSOAL	24/04/2019	36	AUTOR: PEDRO CESAR TESSAROLO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0031593-26.2017.4.02.5055	29/03/2019 18:21	51002	INTIMACAO PESSOAL	24/04/2019	36	AUTOR: FERNANDA SILVA DE SOUZA MARTINS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0013522-10.2016.4.02.5055	28/03/2019 14:46	51002	INTIMACAO PESSOAL	24/04/2019	36	AUTOR: SADRAQUE MEDEIROS SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0002595-14.2018.4.02.5055	09/04/2019 18:47	51002	INTIMACAO PESSOAL	02/05/2019	28	AUTOR: RAIMUNDO DE FREITAS FILHO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0106026-56.2014.4.02.5006	20/03/2019 12:37	1002	MANIFESTACAO	09/05/2019	21	AUTOR: ELOI JOSE HENKER x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0115274-93.2014.4.02.5055	08/04/2019 15:10	51002	INTIMACAO PESSOAL	09/05/2019	21	AUTOR: CARLOS ALBERTO GUIMARAES x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0011377-78.2016.4.02.5055	29/04/2019 18:41	51002	INTIMACAO PESSOAL	10/05/2019	20	AUTOR: MARIA DE LOURDES DA SILVA MARCELINO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0019822-51.2017.4.02.5055	23/04/2019 13:17	51002	INTIMACAO PESSOAL	13/05/2019	17	AUTOR: ELIZABETH TAVARES SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0002092-90.2018.4.02.5055	28/03/2019 14:57	51002	CITAÇÃO	16/05/2019	14	AUTOR: RAIMUNDO HONORATO DE MORAIS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0037442-29.2017.4.02.5006	28/03/2019 17:38	1002	MANIFESTACAO	16/05/2019	14	AUTOR: PEDRO HENRIQUE DE SOUZA SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0013610-30.2018.4.02.5006	25/03/2019 18:51	4009	CALCULO	16/05/2019	14	EXEQUENTE: BERNARDA MATOS GUIMARAES x EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0001630-33.2011.4.02.5006	03/05/2019 12:21	1002	MANIFESTACAO	17/05/2019	13	AUTOR: CARLOS AUGUSTO SANTA CLARA NUNES x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0118267-05.2015.4.02.5055	02/05/2019 12:43	51002	INTIMACAO PESSOAL	17/05/2019	13	AUTOR: MONIK MIRANDA LIMA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO									
0117729-62.2015.4.02.5006	22/03/2019 17:39	51002	INTIMACAO PESSOAL	12/04/2019	48	AUTOR: MARIA DA PENHA LISBOA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0006946-30.2018.4.02.5055	11/04/2019 17:58	51002	INTIMACAO PESSOAL	09/05/2019	21	AUTOR: JOÃO CARLOS GONÇALVES FRAGA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0000481-15.2012.4.02.5055	29/04/2019 18:50	51002	INTIMACAO PESSOAL	13/05/2019	17	AUTOR: ELZA BARBOSA PEREIRA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS			<input checked="" type="checkbox"/>
0001701-35.2011.4.02.5006	28/03/2019 16:51	4002	MANIFESTACAO	16/05/2019	14	EXEQUENTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL x EXECUTADO: MARIA DAS GRAÇAS BELTRAME ALMEIDA-ME			<input checked="" type="checkbox"/>
CAIXA ECONOMICA FEDERAL									
0012985-93.2018.4.02.5006	25/02/2019 13:16	12001	CITAÇÃO	27/03/2019	64	EMBARGANTE: GUILHERME ANTONIO PAIZANTE IGLESIAS x EMBARGADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>
0500002-39.2017.4.02.5006	08/03/2019 19:09	1004	VISTA	01/04/2019	59	AUTOR: ADILSON ALMEIDA FARIÁ x REU: SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.			<input checked="" type="checkbox"/>
0003208-41.2014.4.02.5001	19/03/2019 12:57	1004	MANIFESTACAO	01/04/2019	59	AUTOR: MÁRCIO BRITO REBEL GOMES x REU: SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S.A.			<input checked="" type="checkbox"/>
0000105-58.2014.4.02.5055	21/03/2019 19:32	51001	INTIMACAO PESSOAL	08/04/2019	52	AUTOR: PAULO ROBERTO VARELLA MATHEUS x REU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>
0115482-30.2014.4.02.5006	28/03/2019 17:28	12001	MANIFESTACAO	15/04/2019	45	EMBARGANTE: FAG INDUSTRIA E COMERCIO DE PREMOLDADOS LTDA ME x EMBARGADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>
0104299-62.2014.4.02.5006	25/03/2019 18:50	4002	VISTA	25/04/2019	35	EXEQUENTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL x EXECUTADO: LUMAM MONTAGENS E INSTALAÇÕES LTDA - EPP			<input checked="" type="checkbox"/>
0108295-05.2013.4.02.5006	01/04/2019 16:05	1005	MANIFESTACAO	03/05/2019	27	AUTOR: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL x REU: VALDITI DOS SANTOS			<input checked="" type="checkbox"/>
0018073-33.2016.4.02.5055	04/04/2019 14:16	51001	INTIMACAO PESSOAL	03/05/2019	27	AUTOR: ARLISON SOARES x REU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>
0500147-32.2016.4.02.5006	12/04/2019 18:04	1004	CITAÇÃO	10/05/2019	20	AUTOR: BENIS MARIA GOMES BRIGATO x REU: SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.			<input checked="" type="checkbox"/>
0025004-05.2016.4.02.5006	02/05/2019 14:00	5019	MANIFESTACAO	14/05/2019	16	AUTOR: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL x REU: JAVILSON SANTOS			<input checked="" type="checkbox"/>
0500041-36.2017.4.02.5006	03/05/2019 19:04	1004	MANIFESTACAO	14/05/2019	16	AUTOR: JOÃO BATISTA FERREIRA x REU: SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.			<input checked="" type="checkbox"/>
0000124-80.2015.4.02.5006	02/05/2019 12:14	1004	VISTA	14/05/2019	16	AUTOR: ALICE MARIA PEREIRA x REU: SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S.A.			<input checked="" type="checkbox"/>
0015965-94.2017.4.02.5055	02/05/2019 14:16	1005	MANIFESTACAO	14/05/2019	16	AUTOR: NILZA DOS SANTOS DA SILVA x REU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>
0114674-25.2014.4.02.5006	24/04/2019 13:53	5013	MANIFESTACAO	15/05/2019	15	AUTOR: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL x REU: FUNDAÇÃO MAQUINAS E FERRAMENTAS EIRELI ME			<input checked="" type="checkbox"/>
0106243-17.2014.4.02.5001	24/04/2019 13:53	1004	MANIFESTACAO	15/05/2019	15	AUTOR: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL x REU: CLENICE RUEDELL			<input checked="" type="checkbox"/>
0117460-42.2014.4.02.5006	26/04/2019 18:28	1005	VISTA	17/05/2019	13	AUTOR: LUIZ EDUARDO OLIVEIRA RIBEIRO x REU: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL			<input checked="" type="checkbox"/>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 84

Chefe da EADJ do INSS 0014842-16.2017.4.02.5055	22/03/2019 14:54	51002 CUMPRIR DECISAO	12/04/2019	48	AUTOR: JOSÉ PAULO GALVÃO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0136454-84.2015.4.02.5006	28/03/2019 14:07	51002 INTIMACAO PESSOAL	12/04/2019	48	AUTOR: MARIA JOSE NASCIMENTO FELIX EMIDIO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0015708-69.2017.4.02.5055	27/03/2019 17:57	51002 CUMPRIR DECISAO	15/04/2019	45	AUTOR: AMÁURCIO DIAS DE CARVALHO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0019090-07.2016.4.02.5055	21/03/2019 20:20	51002 CUMPRIR DECISAO	24/04/2019	36	AUTOR: JOAO AUGUSTO PEDRA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0026477-39.2017.4.02.5055	22/03/2019 17:54	51002 CUMPRIR DECISAO	24/04/2019	36	AUTOR: ANDREA GIORDANA PINHEIRO SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0101683-98.2013.4.02.5055	21/03/2019 20:20	51002 CUMPRIR DECISAO	24/04/2019	36	AUTOR: BENEDITO ANDRADE PINHA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0017039-86.2017.4.02.5055	04/04/2019 18:37	51002 INTIMACAO PESSOAL	24/04/2019	36	AUTOR: GERALDO MAGELA RESENDE GOMES x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0021803-18.2017.4.02.5055	04/04/2019 13:47	51002 INTIMACAO PESSOAL	25/04/2019	35	AUTOR: JOSELITA SILVA DE JESUS CARMO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0018825-68.2017.4.02.5055	22/03/2019 17:56	51002 CUMPRIR DECISAO	02/05/2019	28	AUTOR: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS MOURA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0013883-90.2017.4.02.5055	04/04/2019 13:28	51002 INTIMACAO PESSOAL	02/05/2019	28	AUTOR: VINICIO RODRIGUES DE CARVALHO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0034383-32.2016.4.02.5050	11/03/2019 18:53	51002 CUMPRIR DECISAO	02/05/2019	28	AUTOR: MANOEL LUIS RIBEIRO DE SOUSA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0018888-93.2017.4.02.5055	10/04/2019 13:22	51002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: GENILSON QUADROS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0018066-57.2017.4.02.5006	11/04/2019 18:40	1002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: LEANDRO DOS SANTOS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0008869-56.2017.4.02.5055	04/04/2019 13:57	51002 INTIMACAO PESSOAL	09/05/2019	21	AUTOR: ODETT DE SOUZA COELHO DE OLIVEIRA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0025154-96.2017.4.02.5055	10/04/2019 12:14	51002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: ZELMA SOTAS DA SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0031645-22.2017.4.02.5055	21/03/2019 20:07	51002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: ALCI NERIO DE OLIVEIRA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0018572-80.2017.4.02.5055	10/04/2019 13:22	51002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: ELISEU CORREA DA SILVA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0012846-28.2017.4.02.5055	10/04/2019 13:22	51002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: THAYS ALBANO RIBEIRO NOVAIS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0021555-52.2017.4.02.5055	21/03/2019 20:07	51002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0101365-18.2013.4.02.5055	10/04/2019 13:22	51002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: JACKSON MATOS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0111915-54.2015.4.02.5006	09/04/2019 15:17	1002 CUMPRIR DECISAO	09/05/2019	21	AUTOR: ELMO SANTOS NASCIMENTO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0019585-04.2016.4.02.5006	22/03/2019 15:01	51002 INTIMACAO PESSOAL	16/05/2019	14	AUTOR: GIVANILDA FREITAS MIRANDA x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
0004109-02.2018.4.02.5055	22/03/2019 17:47	51002 CUMPRIR DECISAO	16/05/2019	14	AUTOR: MARIA EULALIA TRAJANO x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
Município de Vitória /ES 0116267-05.2015.4.02.5055	02/05/2019 13:05	51002 INTIMACAO PESSOAL	17/05/2019	13	AUTOR: MONIK MIRANDA LIMAS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO 0036173-67.2017.4.02.5001	09/04/2019 18:24	6006 INTIMACAO PESSOAL	09/05/2019	21	AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL x REU: KATIANA ERLER RODRIGUES	<input checked="" type="checkbox"/>
0116267-05.2015.4.02.5055	02/05/2019 13:04	51002 INTIMACAO PESSOAL	16/05/2019	14	AUTOR: MONIK MIRANDA LIMAS x REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	<input checked="" type="checkbox"/>
Município de Serra /ES 0038656-66.2016.4.02.5055	25/03/2019 12:43	51001 INTIMACAO PESSOAL	07/05/2019	23	AUTOR: MARIA AUXILIADORA RAMOS x REU: UNIA O FEDERAL	<input checked="" type="checkbox"/>

Fonte: Relatório de processos remetidos do Apolo, em 30/05/2019.

12.8 Informações complementares

12.8.1 Foram inspecionados os seguintes processos físicos:

- 00003762020144025006: Ação ordinária/imóveis, SFH, pedido de reparação, seguro habitacional por danos físicos no imóvel. Processo remetido a Seção de Digitalização em 30/05/2019, devolução da remessa em 06/06/2019.

- 05000408520164025006: Ação ordinária/imóveis, SFH, pedido de reparação de danos, seguro habitacional por danos físicos no imóvel. O processo estava suspenso, foi reativado e concluso para despacho em 20/05/2019.

12.8.2 No que tange ao processamento, o servidor da primeira instância da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (Diretor de Secretaria) designado para acompanhar os trabalhos de correção (TRF2-PTC-2019/00202), teceu as seguintes colocações:

- Relativamente à Meta 1 do CNJ, dentro do possível, sugere-se a elaboração de sentenças terminativas padronizadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 85

- Relativamente à Meta 3 do CNJ, na triagem das petições iniciais pela Secretaria, sugere-se a separação de alguns temas visando à realização de audiência de conciliação, tais como ações de danos materiais e morais ajuizadas contra CEF e EPCT e ações possessórias.

- Triagem das petições com propostas de acordo, evitando o trâmite conjunto com as demais petições intercorrentes e possibilitando, assim, a pronta manifestação da parte adversa e, se for o caso, a prolação da sentença homologatória.

- Triagem das petições de interposição de recurso e apresentação de contrarrazões, de modo a diminuir o tempo de remessa às Turmas Recursais e ao TRF.

- Triagem das petições relativas à indisponibilidade de bens (ex.: BACENJUD e RENAJUD), direcionando-as para pronta análise, haja vista as cautelas da urgência que a questão envolve.

- No controle dos prazos para recurso, para baixa após o trânsito em julgado, sugere-se separar as sentenças de procedência (total e parcial) das de improcedência do pedido.

- Suspensão dos processos com requisitórios expedidos até o efetivo depósito, de modo a traduzir a realidade dos processos em tramitação no juízo.

*Sugestões: - Regularizar a pendência de juntada de documentos nos processos (item 12.4), inclusive cobrando dos Oficiais de Justiça os mandados judiciais com prazo de cumprimento vencido (art. 315 da CNCR);
- Diligenciar junto às partes para que devolvam os processos com prazo de remessa vencido (item 12.7);
- Verificar a possibilidade de adoção das rotinas de processamento elencadas no item 12.8.2, visando à diminuição do acervo ativo.*

13. MATERIAIS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

No tocante ao regramento do registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados, destacam-se as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 180 e 181 da CNCR.

Em 03/06/2019, durante a Correição, o cofre do juízo foi aberto na presença dos servidores da Corregedoria Patrícia Lerner Basso e Carlos Alberto de Araujo Rocha, e servidores da Vara Federal de Serra Mielle Picoli Haase (Diretor de Secretaria) e Cláudia Pedrinha Padua, nos termos do art. 47, IV, da CNCR.

O cofre estava vazio, eis que o juízo mantém os materiais acautelados em um armário na secretaria. Verificou-se, aproximadamente, 30 itens acautelados, sendo que todos constavam no sistema processual eletrônico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 86



Por amostragem, foram analisados os seguintes itens, na presença dos mesmos servidores que presenciaram a abertura do cofre:

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Item Acautelado	Correspondência do registro APOLO com o acautelado
00002301320134025006	10/08/2017	DVD com anexos de processo administrativo	Sim. Há registro no Apolo
00002977520134025006	20/05/2019	CD-R com gravação de matéria de telejornal	Sim. Há registro no Apolo
00009259120114025052	20/05/2019	CD com gravação de audiência realizada em 09/05/2013	Sim. Há registro no Apolo
00132612720184025006	20/05/2019	DVD contendo embargos à execução	Sim. Há registro no Apolo
01005458320124025006	20/05/2019	CD contendo vídeo de um operador de máquinas.	Sim. Há registro no Apolo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 87

01157859120144025055	20/07/2018	CD gravado com oitiva de testemunha	Sim. Há registro no Apolo
----------------------	------------	-------------------------------------	---------------------------

Os itens indicados abaixo não tinham indicação no sistema Apolo da localização onde estavam acautelados:

- DVD com conteúdo da audiência realizada em 14/03/2011, referente ao processo 00002325120114025006;
- CD com matéria de telejornal referente ao processo nº 00010122020134025006.

Sugestão: - Regularizar o acautelamento de materiais nos processos nº 00002325120114025006 e nº 00010122020134025006, conforme o disposto no art. 181 da CNCR c/c o art. 1º da Resolução CJF nº 428/05.

14. LIVROS E PASTAS (ART. 47, III, CNCR)

O órgão correccionado dispõe dos seguintes livros e pastas obrigatórios (art. 128, CNCR), a saber:

I – Todas as Varas e Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:

- (S) livro de ponto dos servidores;
- (S) livro de reclamações, sugestões e elogios⁽¹⁾;
- (S) pasta de controle de frequência dos estagiários;
- (S) pasta de atas e termos de audiências digitalizados inseridos no sistema de acompanhamento processual;
- (S) pasta de registro de impedimentos, suspeições, afastamentos de magistrados atuantes no Juízo e cópia de certidões de remessa de autos ao juízo tabelar;
- (S) pasta de registro de remessas de autos e documentos pelos Correios;
- (S) pasta de preservação da Memória Institucional (art. 33, Resolução CJF 318/2014);
- (S) pasta de registro de documentos, bens e materiais acautelados no juízo ou em local por ele designado;

II - Varas e Juizados Federais com competência criminal:

- (NA) pasta de controle de comparecimento periódico em juízo em razão de medida cautelar (art. 319, CPP) ou suspensão condicional do processo ou da pena;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 88

(NA) pasta de remessa de autos à Câmara de Coordenação e Revisão Criminal;

III - nos juízos em que haja processos, apensos ou anexos físicos ativos, suspensos ou aguardando retorno das instâncias superiores, exclusivamente para registros relativos a esses autos:

(S) livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo;

(S) livro de carga ao Ministério Público;

(S) livro de entrega de autos às partes sem traslado

Observação: foi utilizado S para sim, N para não e NA para não se aplica.

⁽¹⁾ O livro de reclamações, sugestões e elogios está em local visível ao público externo, conforme determinado no artigo 128, §1º da CNCR. O último registro no livro é datado de 2018 e consta elogio pela excelência e cordialidade no serviço prestado.

**15. INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA E INSTALAÇÕES FÍSICAS
(ART. 48, VIII, CNCR)**

A Vara Federal de Serra está localizada na Rua 1D, esquina com Rodovia Norte Sul, no bairro CIVIT II, instalada em edifício próprio, inaugurado em 09/08/2016, e construído para este fim, com instalações físicas conservadas e limpas.

No corredor há cadeiras e o balcão de atendimento ao público externo é acessível.

Os banheiros exclusivos para os servidores são limpos. As mesas e cadeiras estão em bom estado de conservação e são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma copa para refeições, havendo mesa, cadeiras, bebedouro, microondas e geladeira.

Os Gabinetes dos Juízes Federais Titular e Substituto são equipados com computador, impressora, mesas, poltronas, estante, frigobar e banheiro privativo.

O sistema de refrigeração de toda a Subseção funciona através de condicionadores de ar tipo Split, em pleno funcionamento e com manutenção periódica.

No tocante à informática, há 12 computadores na Secretaria e 4 em cada sala de apoio ao gabinete, todos equipados com 2 monitores em LCD. Há duas impressoras instaladas na Secretaria, além de uma multifuncional. Na sala de audiências há dois computadores com duas telas cada, e uma impressora além de equipamento para videoconferência. O Diretor informou que uma das impressoras está quebrada, tendo sido aberto chamado para conserto porém ainda não resolvido. No entanto, o Diretor informou que mesmo sem este equipamento não há prejuízo para os trabalhos pois atualmente são poucas as impressões realizadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 89

Foi relatado no questionário pré-correição que na secretaria do Juízo apresenta um odor muito forte, especialmente na sala do diretor de secretaria e em dias de chuva. Presencialmente, foi esclarecido que o Setor de Apoio Administrativo buscou localizar a fonte do odor, tendo sido, inclusive, refeita a impermeabilização da fachada, o que mitigou o problema.

16. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO ÓRGÃO CORRECIONADO EM FACE DA INSPEÇÃO E DAS RECOMENDAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR (ART. 48, VI, CNCR)

A 1ª VF de SERRA/ES encaminhou a esta Corregedoria, através do ofício nº JFES-OFI-2018/01074 seu relatório de **Inspeção referente ao ano de 2018**.

O processo nº 0100252-23.2017.4.02.0000 , relativo à **Correição Ordinária realizada de 19 a 23/06/2017**, foi baixado em 25/04/2018, após a realização de **Inspeção de Avaliação** realizada no período de 21 a 23/02/2018⁴, sem pendências às seguintes recomendações desta Corregedoria:

“Vistos os fatos analisados pela equipe de correição, decidi desmembrar o presente processo administrativo em dois (...) e determinei o prosseguimento neste feito quanto ao descumprimento das recomendações anteriores e aos demais dados referidos no Relatório da equipe de correição (fls. 384 a 449).

Concluí pela necessidade de conceder prazo para saneamento das irregularidades relatadas (art. 13 da Resolução CJF 496/2006), determinando à Vara Federal de Serra o seguinte:

- 1) Solicitar à Seção de Lotação da SJES reavaliar a prioridade da lotação dos servidores faltantes em seu quadro, considerando as licenças médicas de longo prazo, a fim de ser minimizado o déficit da força de trabalho (item 3).
- 2) Identificar e julgar os processos que elevarão a meta CNJ de produtividade usando ferramentas de análise disponíveis no Portal de Estatísticas (item 5.2.1).
- 3) Orientar os servidores a preencherem o campo “tipo de sentença” disponível no cadastro do movimento 11 (conclusão) no sistema APOLO (item 6.1).
- 4) Estabelecer plano de metas para: (i) julgar 435 processos conclusos para sentença além do prazo de 180 dias (item 6.1); (ii) dar andamento aos conclusos para despacho e decisão além do prazo previsto no art. 227, CNCR (item 6.2) e; (iii) movimentar os processos paralisados há mais de 30 dias,

⁴ Depreende-se a ocorrência da Inspeção de Avaliação dos seguintes documentos: TRF2-OFI-2018/02723 e TRF2-ADM-2018/00057.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 90

juntando as petições pendentes e abrindo as respectivas conclusões para despacho, decisão ou sentença (itens 9.2, 11, 12.1 e 12.2).

5) Estabelecer rotina de verificação diária do balcão de entrada eletrônico da Vara Federal (item 9.1).

6) Revisar os 166 feitos sem a indicação do motivo da suspensão e os 6 processos classificados com motivo “outros” para adequá-los a alguma das hipóteses previstas no APOLO, retivendo-os, se possível (item 13).

7) Determinar aos servidores da Vara Federal que passem a registrar a data final de suspensão no sistema APOLO, a fim de que sejam revisados anualmente ou quinquenalmente, conforme o caso dos autos, os feitos suspensos (item 13).

8) Uniformizar a anotação do motivo correto da suspensão no caso de Recursos repetitivos ou Repercussão Geral, com a vinculação dos feitos ao processo – paradigma na ferramenta disponível no APOLO (aba Paradigmas – opção Associar Processos) – item 13.

9) Conferir e enviar os RPVs relativos aos 192 processos com situação “cadastrado”, caso não haja óbice das partes, após instadas pelo Juízo (item 14).

10) Determinar aos servidores da Vara Federal adotar como rotina o procedimento de registrar os bens penhorados no sistema APOLO, em cumprimento aos artigos 356 a 358, CNCR (item 16).

Designo para 19 a 23/2/2018, Inspeção Administrativa de Avaliação (art. 4º, II, da Resolução CJF nº 49/2009) para verificação dos resultados dos ajustes e da execução do plano de metas a ser estabelecido pela Vara Federal de Serra – ES”.

Tais recomendações foram comunicadas à unidade jurisdicional e respondidas pelo Juízo por meio dos ofícios nº JFES-OFI-2017/01778, de 06/10/2017, nº JFES-OFI-2017/02094, de 16/11/2017, e nº JFES-OFI-2017/02304, de 14/12/2017, informando as providências implementadas.

17. DEMANDAS E BOAS PRÁTICAS (ART. 48, IX, CNCR)

Instada a relacionar as boas práticas, eventuais dificuldades vivenciadas, bem como demandas e soluções propostas, inclusive quanto aos setores administrativos, o Juízo assim se manifestou:

“Boas práticas:

- Visando à redução do acervo ora existente, foi criado um subsetor no Juizado Especial Federal voltado aos processos sentenciados, imprimindo um tramite mais célere desses feitos, além de locais virtuais (Apolo) e localizadores (Eproc) específicos para alocação de tais processos, de forma que eles não se percam dentro do imenso acervo da Vara.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 91

Dificuldades:

- como vem sendo destacado ao longo dos anos, a carência de servidores dificultam o cumprimento das metas estabelecidas, tendo em vista o elevado acervo desta Unidade Jurisdicional;
- conforme destacado no item 6, supra, as quedas de rede ocorrem com muita frequência nesta Subseção Judiciária, o que compromete o desenvolvimento a contento das atividades; e
- a constante ausência dos Procuradores do INSS nas Audiências de Instrução e Julgamento realizadas por este Juízo.

Setores Administrativos:

- Há bom relacionamento deste Juízo com os diversos setores administrativos da Seção Judiciária do Espírito Santo, destacando que a Seção de Apoio Administrativo de Serra (SEADM-SE) e a Seção de Contadoria, Distribuição e Expedição de Certidões de Serra (SECOD-SE) atendem a contento as necessidades desta Vara Federal”.

No tocante a dificuldade mencionada com a queda de rede de informática, constou do relatório da correição ordinária nos setores administrativos da Subseção de Serra, realizada na mesma data:

“O Diretor de Secretaria da Vara Federal relatou que um grande problema na Subseção de Serra era não contar com técnico de informática na localidade. Assim, quando havia um problema de queda de rede, por exemplo, era necessário aguardar que algum responsável da informática se deslocasse de Vitória até Serra, o que demorava, e, por isso, comprometia a disponibilidade da rede. No entanto, conforme foi esclarecido durante a correição, há cerca de um mês a Subseção passou a contar com um técnico de informática que fica no local”.

Sugestão: - Remeter cópia deste relatório ao Procurador Regional do INSS no Espírito Santo, a fim de que seja cientificado da dificuldade relatada pela Vara Federal de Serra no item 17 (constante ausência dos Procuradores do INSS nas Audiências de Instrução e Julgamento realizadas pelo Juízo).

18. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, que deverá em 30 (trinta) dias encaminhar à Corregedoria relatório informando as providências implementadas:

- 1) Dar andamento / julgar os processos pendentes das Metas 2 e 4 do CNJ para 2018, atentando para aqueles listados no item 4 do relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 92

- 2) Incrementar a estratégia de gestão e as rotinas de trabalho visando ao cumprimento das Metas do CNJ para 2019 (item 4).
- 3) Proferir sentença nos processos 00387053320164025006 e 01375011120154025001 (item 5).
- 4) Encaminhar o processo nº 00247199020174025001 para o Juízo competente (Conflito de Competência nº 2018.00.00.100961-4 – TRF2) (item 5).
- 5) Cadastrar no sistema o motivo da suspensão no processo nº 0000236-88.2011.4.02.5006 (item 7).
- 6) Proferir despacho/decisão nos processos com conclusão vencida, priorizando aqueles analisados no item 9 do relatório de correição.
- 7) Estabelecer plano de gestão e cronograma para julgar os processos conclusos para sentença além dos prazos previstos no art. 57 da CNCR (item 9).
- 8) Verificar se existe motivo para o segredo de justiça nos processos nº 0010074-11.2018.4.02.5006, 5000109-21.2018.4.02.5006, 5000558-76.2018.4.02.5006, 5001119-03.2018.4.02.5006, 5001398-86.2018.4.02.5006 e 5001971-27.2018.4.02.5006 (item 10).
- 9) Regularizar a pendência de juntada de documentos nos processos, inclusive cobrando dos Oficiais de Justiça os mandados judiciais com prazo de cumprimento vencido (art. 315 da CNCR) (item 12.4);
- 10) Diligenciar junto às partes para que devolvam os processos com prazo de remessa vencido (item 12.7).
- 11) Verificar a possibilidade de adoção das rotinas de processamento elencadas no item 12.8.2, visando à diminuição do acervo ativo.
- 12) Regularizar o acautelamento de materiais nos processos nº 00002325120114025006 e nº 00010122020134025006, conforme o disposto no art. 181 da CNCR c/c o art. 1º da Resolução CJF nº 428/05 (item 13).

Sugere-se, ainda, que a Corregedoria remeta cópia deste relatório ao Procurador Regional do INSS no Espírito Santo, a fim de que seja cientificado da dificuldade relatada pela Vara Federal de Serra no item 17 (constante ausência dos Procuradores do INSS nas Audiências de Instrução e Julgamento realizadas pelo Juízo).

19. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional CARLOS ALBERTO DE ARAUJO ROCHA (matrícula 11.308), CARLOS CÉSAR DE SOUZA DINIZ (matrícula 10.604),



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 93

CAROLINA DE OLIVEIRA CARNEIRO TEIXEIRA (matrícula 15.995), LUÍS EDUARDO BRAGA DE MELO (matrícula 16.004), MAGALI CHAHAIRA DA ROCHA (matrícula 15.737), TESSA KARST TAVELA (matrícula 11.777) e PATRÍCIA LERNER BASSO (matrícula 16.025), que revisou e ora subscreve.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2019.

PATRÍCIA LERNER BASSO
Assessor Judiciário